

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2010, o IPT consolidou um ciclo de três anos de investimentos, com a aplicação de R\$ 120 milhões do Governo do Estado de São Paulo e Parceiros, em uma estrutura mais moderna para fazer frente aos desafios do desenvolvimento do país. A nova base tecnológica promove uma transformação no papel do Instituto, que cada vez mais se insere na sociedade como articulador da inovação, viabilizando a aplicação de conhecimento tecnológico nas empresas.

As novas capacitações laboratoriais do IPT buscam produzir soluções na perspectiva do desenvolvimento sustentável, abrangendo projetos em bionanotecnologia, energias renováveis, materiais de alta eficiência energética e obras de infraestrutura com menor impacto ambiental. Laboratórios novos como os de bionanotecnologia, naval, corrosão, estruturas leves e vazão de óleo, entre outros, agora dão suporte para que o Instituto desenvolva pesquisa e serviços de alto valor agregado. A mobilização em torno da modernização do IPT envolve recursos humanos, procedimentos e equipamentos. O aspecto humano é

essencial nessa transformação. Em 2010, foram contratados 80 novos funcionários aprovados no concurso de 2008 - considerando os 140 contratados em 2009, o Instituto conta com 220 novos colaboradores. E este ano realizará novo concurso, prevendo a qualificação de mais 250 profissionais.

Face importante também da valorização da pesquisa, o Programa de Desenvolvimento e Capacitação no Exterior (PDCE) enviou, em 2010, 12 pesquisadores para cumprirem programas de formação em institutos parceiros do IPT, como o Fraunhofer, na Alemanha e o VTT, na Finlândia. Esses pesquisadores, somados aos outros profissionais que participaram do programa em 2009 e 2008, formam um conjunto de 25 pessoas especializadas no exterior.

No ano passado, o IPT atendeu 3,5 mil empresas, a maior parte delas pequenas e médias organizações. Como resultados da produção do Instituto, em 2010 foram emitidos 26.794 documentos técnicos, que compreendem certificados de calibração, certificados de conformidade,

certificados de materiais de referência, pareceres técnicos, referências técnicas, relatórios de atendimento tecnológicos, entre outros. O Instituto depositou seis patentes de invenção no Brasil e uma no exterior. A produção científica do corpo técnico teve como resultado 194 trabalhos nacionais e internacionais publicados, entre artigos de periódicos e artigos de eventos. Seu faturamento cresceu 10% em relação à 2009, com foco principal em projetos de pesquisa e com geração de propriedade intelectual.

Em 2011, o IPT inicia a operação dos investimentos realizados ao longo dos últimos três anos. Este ano também marcará o avanço do projeto de modernização, que conta com recursos principalmente do Governo do Estado (receberá R\$ 51 milhões), FINEP e BNDES. O projeto de modernização é um marco na história do IPT.

Março de 2011
A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2010		2009		PASSIVO	2010		2009	
	N.E.		(Reclassificado)			N.E.	(Reclassificado)		
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	12.307		8.397	Fornecedores		11.560		6.503
Aplicações Financeiras					Salários a Pagar e Encargos a Recolher		4.201		3.793
Créditos Vinculados	4	23.741		12.057	Impostos e Contribuições a Recolher	9	2.680		4.305
Contas a Receber	5	7.828		7.285	Imposto de Renda e Contribuição Social	10	660		-
Adiantamentos a Colaboradores					Adiantamento de Clientes	11	4.552		4.053
e Terceiros		1.878		3.302	Obrigações a Pagar - Férias e Encargos		7.555		7.087
Impostos Antecipados e a Recuperar	6	4.653		4.366	Parcelamentos Fiscais	13	4.707		3.723
Estoques		338		316	Subvenções Governamentais -				
Serviços em Andamento		487		468	Agências de Fomento	12	24.753		12.344
Despesas Pagas Antecipadamente		23		15	Outras Obrigações		333		509
Depósitos Compulsórios		177		142	Total do Passivo Circulante		61.001		42.317
Outros Valores a Receber		84		214	NÃO CIRCULANTE				
Total do Ativo Circulante		51.516		36.562	Parcelamentos Fiscais	13	36.400		37.631
NÃO CIRCULANTE					Outras Exigibilidades		256		172
Realizável a Longo Prazo		849		992	Provisão para Riscos Fiscais,				
Imobilizado	7	161.486		113.679	Trabalhistas e Cíveis	14	9.744		9.986
Intangível	8	285		323	Total do Passivo Não Circulante		46.400		47.789
Total do Ativo não Circulante		162.620		114.994	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15			
TOTAL DO ATIVO		214.136		151.556	Capital Social		170.166		134.742
					Reservas de Capital		9.383		44.806
					Reservas de Lucros		102		-
					Recurso para Aumento de Capital		43.784		-
					Prejuízos Acumulados		(116.700)		(118.098)
					Total do Patrimônio Líquido		106.735		61.450
					TOTAL DO PASSIVO		214.136		151.556
					E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		214.136		151.556

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - R\$)

	2010	2009
	(Reclassificado)	(Reclassificado)
Receita de Serviços e Produtos	81.194	74.888
Subvenção Econômica	57.110	45.561
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	138.304	120.449
Impostos Incidentes Sobre Vendas e Serviços Prestados	(11.449)	(10.625)
Devoluções e Abatimentos	(580)	(415)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	126.275	109.410
Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	(87.418)	(80.498)
LUCRO BRUTO	38.857	28.912
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas	(25.481)	(22.276)
Honorários Conselho de Administração e Fiscal	(720)	(734)
Serviços de Terceiros	(7.264)	(9.639)
Depreciações e Amortizações	(1.126)	(740)
Provisões Diversas	(4.116)	(2.728)
Outras (Despesas) e Outras Receitas Operacionais, Líquidas	111	(31)
	(38.596)	(36.148)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	261	(7.236)
Receitas Financeiras	4.282	1.865
Despesas Financeiras	(2.383)	(2.632)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.160	(8.003)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(660)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.500	(8.003)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros		Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Incentivos Fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	134.742	27.766	-	-	-	(103.956)	58.552
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(6.139)	(6.139)
Recurso para Aumento de Capital	-	17.040	-	-	-	-	17.040
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(8.003)	(8.003)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	134.742	44.806	-	-	-	(118.098)	61.450
Aumento de Capital	35.424	(35.424)	-	-	-	-	-
Recurso para Aumento de Capital	-	-	-	-	43.784	-	43.784
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	1.500	1.500
Apropriação para Reserva Legal	-	-	75	-	-	(75)	-
Apropriação para Incentivo Fiscal	-	-	-	27	-	(27)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	170.166	9.382	75	27	43.784	(116.700)	106.734

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; e (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros. Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento. O IPT é um instituto vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e há mais de cem anos vem colaborando para o processo de desenvolvimento do País.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparadas pelo Instituto de acordo com o CPC PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação e Apresentação
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa
Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados
Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das

Agências de Fomento, estando demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos Financeiros
A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativo aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento". **Empréstimos e Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. **Instrumentos Financeiros Derivativos e Atividades de Hedge** - Durante os exercícios de 2010 e de 2009, o Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outros).

2.6. Contas a Receber
As contas a receber correspondem as transações realizadas com clientes, nacionais e no exterior, registradas pelo valor faturado, diminuída, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

2.7. Estoques e Demais Ativos Circulantes
Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram valorizados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base as taxas usuais demonstradas na nota nº 8, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível
Está representado por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos. As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para Perdas por Impairment em Ativos Não Financeiros

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - R\$)

	2010	2009
	(Reclassificado)	(Reclassificado)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.160	(8.003)
Ajustes para Reconciliar o Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	6.242	4.560
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(6.139)
Constituição de Provisão para Perdas com Imobilizado	144	-
Valor Residual do Imobilizado Baixado	252	2
Aumento (Redução) nos Ativos Operacionais		
Aplicações Financeiras Vinculadas	(11.684)	(2.675)
Contas a Receber	(543)	(2.268)
Adiantamentos a Colaboradores e Terceiros	1.424	(2.152)
Impostos Antecipados e a Recuperar	(287)	68
Estoques	(22)	88
Serviços em Andamento	(19)	515
Despesas Pagas Antecipadamente	(8)	(11)
Depósitos Compulsórios	(35)	4
Outros Valores a Receber	130	(50)
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	5.057	(616)
Salários a Pagar e Encargos a Recolher	408	398
Impostos e Contribuições a Recolher	(1.625)	(8.806)
Adiantamento de Clientes	499	(4.466)
Obrigações a Pagar - Férias e Encargos	468	602
Parcelamentos Fiscais	985	2.374
Subvenções Governamentais - Agências de Fomento	12.409	11.523
Outras Obrigações	(176)	(439)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais	15.779	(15.491)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Redução do Realizável a Longo Prazo	143	1.362
Aquisição de Bens do Imobilizado	(54.073)	(19.871)
Doações Recebidas em Bens	(111)	(247)
Adição de Intangível	(224)	(11)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(54.265)	(18.767)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	(1.231)	(7.935)
Outras Exigibilidades	85	172
Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(242)	18.448
Dotação para Aumento de Capital	43.784	17.040
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	42.396	27.725
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.910	(6.533)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	8.397	14.930
No Final do Exercício	12.307	8.397
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.910	(6.533)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais - R\$)

entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas a líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

2.15. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento e são apropriadas por regime de competência.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa	84	81
Bancos Conta Movimento	155	1.202
Aplicações Financeiras	12.068	7.114
	<u>12.307</u>	<u>8.397</u>
	2010	2009

Sistema de Administração Financeira para Estados

e Municípios - SIAFEM	195	670
Fundos de Investimento em Renda Fixa	11.873	6.444
	<u>12.068</u>	<u>7.114</u>

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 9% ao ano.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2010	2009
Contas Correntes Vinculadas	66	696
Aplicações Financeiras Vinculadas	23.675	11.361
	<u>23.741</u>	<u>12.057</u>

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviços.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$ 1.136 em 2010 (R\$ 354 em 2009) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agências de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2010	2009
Contas a receber	8.138	7.467
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(310)	(182)
	<u>7.828</u>	<u>7.285</u>

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2010	2009
A Vencer	5.911	5.738
Vencidas:		
De 1 a 30 Dias	520	1.231
De 31 a 60 Dias	654	183
De 61 a 90 Dias	342	41
De 91 a 180 Dias	626	9
Há mais de 180 Dias	85	134
	<u>2.227</u>	<u>1.598</u>
	<u>8.138</u>	<u>7.336</u>

Apesar do montante de vencidos há mais de 90 dias somarem R\$ 711, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 310 porque o critério para sua constituição, somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2010	2009
COFINS a Compensar	675	819
PASEP a Compensar	157	194
Contribuição Social a Compensar	1.198	1.083
Imposto de Renda a Compensar	1.042	669
IRRF sobre Aplicações Financeiras	76	261
IRRF a Compensar	1.303	1.142
INSS a Compensar	202	198
	<u>4.653</u>	<u>4.366</u>

Os saldos e contribuições e contribuições de antecipações de impostos os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Saldo em 31/12/2009	Acréscimos	Compen- sações	Saldo em 31/12/2010
COFINS a Compensar	819	979	(1.123)	675
PASEP a Compensar	194	221	(259)	156
Contribuição Social a Compensar	1.083	995	(879)	1.199
Imposto de Renda a Compensar	669	2.239	(1.865)	1.043
IRRF sobre Aplicações Financeiras	261	(185)	-	76
IRRF a Compensar	1.142	252	(92)	1.302
INSS a Compensar	198	4	-	202
	<u>4.366</u>	<u>4.505</u>	<u>(4.218)</u>	<u>4.653</u>

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado:

	Taxa Anual de Depre- ciação	Custo	2010		2009	
			Depre- ciação	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos		37.283	-	37.283	37.283	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2%	51.452	(23.257)	28.195	29.212	29.212
Máq. e Equipamentos	10%	85.525	(48.134)	37.391	26.556	26.556
Instalações	10%	7.165	(6.399)	766	959	959
Equipamentos de TI	20%	11.983	(9.218)	2.765	2.067	2.067
Instrumentos Diversos	10%	965	(937)	28	35	35
Veículos	20%	1.729	(1.477)	252	123	123
Móveis e Utensílios	10%	2.958	(2.310)	648	461	461
Outras Imobilizações		437	(437)	-	-	-
Imob. em Andamento		54.302	-	54.302	16.983	16.983
		<u>253.799</u>	<u>(92.169)</u>	<u>161.630</u>	<u>113.679</u>	<u>113.679</u>
Redução ao Valor Recuperável		(144)	-	(144)	-	-
Total do Imobilizado		<u>253.655</u>	<u>(92.169)</u>	<u>161.486</u>	<u>113.679</u>	<u>113.679</u>

b) Total do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Descrição	31/12/2009	Transfe- rências		31/12/2010
		Adições	Baixas	
Terrenos	37.283	-	-	37.283
Edifícios	51.452	-	-	51.452
Máquinas				
Equipamentos	70.839	1.638	(127)	72.350
Instalações	7.161	-	4	7.165
Equipamentos de TI	10.516	1.225	(3)	11.983
Instrumentos Diversos	964	1	-	965
Veículos	1.539	189	-	1.729
Móveis e Utensílios	2.701	251	(11)	2.958
Outras Imobilizações	437	-	-	437
Imob. em Andamento	16.983	50.769	(8)	67.744
	<u>199.875</u>	<u>54.073</u>	<u>(149)</u>	<u>253.799</u>

O valor de Imobilizações em Andamento no exercício de 2010 refere-se a máquinas e equipamentos que estão sendo importados como parte do programa de revitalização do IPT, que contou com aporte financeiro de R\$ 43.784 por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

8. INTANGÍVEL

É composto como segue:

	Taxa Anual de Amorti- zação	Custo	2010		2009	
			Amortização	Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes	10%	337	259	78	323	323
Licença de Uso de Softwares	5%	218	11	207	-	-
		555	270	285	323	323

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2010	2009
ISS	550	2.618
PASEP e COFINS	487	575
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.206	1.013
COFINS - Retenção	266	50
PASEP - Retenção	61	14
Outras	110	35
	<u>2.680</u>	<u>4.305</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2010	2009
Lucro (Prejuízo) antes do Imp. Renda e da Contribuição Social	2.160	(8.003)
Alíquota Real Conforme Legislação Vigente (32,8%)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	708	-
Diferenças Temporárias		
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(283)	-
Provisões	85	-
Diferenças Permanentes		
Outras	150	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	660	-

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício. Em 31 de dezembro de 2010, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$ 65.393 e R\$ 40.872 respectivamente R\$ 68.919 e R\$ 41.027 em 2009. O imposto de renda e contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2010	2009
Petrobras	2.930	2.336
Plantarium Com. Prod. Alim. Cosm. Farm. Manif	178	278
TCE Ind. da Amazonia	153	153
Arcellor Mittal Brasil S.A.	89	115
Outros	1.202	1.171
	<u>4.552</u>	<u>4.053</u>

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2010	2009
BNDES	22.056	6.899
FINEP	1.542	4.317
FINHIDRO	353	165
CNPQ	126	146
Outros	676	817
	<u>24.753</u>	<u>12.344</u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	INSS Refis	ISS(a)	IPTU(b)	Total
Acordo de Parcelamento	10.765	19.032	1.555	31.352
Juros	-	4.923	7.415	12.338
Reclassificação para Provisão Riscos Fiscais	-	(4.370)	-	(4.370)
Saldo em 31/12/2010	10.765	21.160	9.182	41.107
Transferência para Curto Prazo				<u>(4.707)</u>
				<u>36.400</u>

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo em 27 de dezembro de 2006, decorrentes da ausência de recolhimento do Imposto Sobre Serviço - ISS sobre notas fiscais não emitidas, da ausência de recolhimento em prazo regular e do recolhimento a menor do imposto abrangendo o período de abril de 2000 a abril de 2005. Também se refere à execução fiscal para cobrança do ISS referente aos exercícios de 1992, 1994 e 1995.

(b) Refere-se à execução fiscal para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente aos exercícios de 1994 a 2004.

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante vários tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2010	2009

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, representado pelos seus membros, subscritos abaixo, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, compreendendo: o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, o Fluxo de Caixa e as Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e

fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, e, ainda, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício, e com base no Parecer dos Auditores Independentes COKINOS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/C, datado de 21 de fevereiro de 2011, que aprova e que reúne condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011

Claudia Maria D'Angelo
Carlos Alberto Fachini
Carlos Eduardo Esposel
Luiz Carlos Kal lamondi Machado
Túlio Kahn

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUILHERME AFIF DOMINGOS

Presidente

MEMBROS

CARLOS HENRIQUE FLORY
FERNANDO PADULA NOVAES
GERALDO BIASOTO JUNIOR
GUILHERME BUENO DE CAMARGO

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
PEDRO RUBEZ JEHÁ
RONALDO BIANCHI
SÉRGIO TIEZZI JUNIOR
VAHAN AGOPYAN

DIRETORIA

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro e Administrativo
ÁLVARO JOSÉ ABACKERLI
Diretor de Operações e Negócios

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
Diretor de Inovação
WALTER FURLAN
Diretor de Pessoas, Sistemas e Suprimentos

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador
CRC 1SP154222/O-1

JOÃO OSWALDO NATALE
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CT-CRC 1SP177996/O-4